



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA DE GOVERNO**

**VOLUME III**

**ANEXO III**

***Termo de Adesão de Concessão***



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

### **TERMO DE ADESÃO DE CONCESSÃO N.º**

TERMO DE ADESÃO DE CONCESSÃO PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE  
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL  
DE NOVA FRIBURGO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA GERAL, NA FORMA ABAIXO:

Aos \_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, entidade jurídica de Direito Público, compareceram a SECRETARIA GERAL, com Sede na Av. Alberto Braune, nº 225, Centro, nessa cidade de Nova Friburgo, neste ato representada pelo seu Secretário Geral \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, a \_\_\_\_\_, que explora o ramo de Transporte Coletivo, domiciliado na cidade de Nova Friburgo, na rua \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, CGC/MF \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, na presença das testemunhas adiante nomeadas e ao final assinadas, e foi dito que firmaram o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo indicadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.**

A presente CONCESSÃO tem amparo no Processo Administrativo n.º \_\_\_\_/200\_\_, que autorizou a abertura de Licitação nos moldes de concorrência, de número \_\_\_\_\_, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/0\_\_.

O presente Termo é firmado com fundamento nos artigos 30,V, 36 e 175 da Constituição Federal, nas Leis federais n.º 8666/93, 8.987/95, 9.074/95 e 9.648/98, nas leis federais que regulam a repressão ao abuso do poder econômico e a defesa da concorrência e a defesa dos interesses do consumidor, assim como na Lei Orgânica Municipal de Nova Friburgo, nas Leis Municipais n.º 4.647/2018 e 4.131/2012, no Regulamento vigente para o Transporte Público Coletivo Municipal, e no Edital do citado processo licitatório.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.**

O presente Termo de Adesão de CONCESSÃO tem por objeto a prestação de serviço de Transporte Coletivo Municipal de pessoas por ônibus, para os lotes de linhas determinadas no Volume II do Edital de Licitação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO.**

O prazo de Concessão dos serviços de que trata este Termo será de 10 (DEZ) anos improrrogáveis, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela Concessionária.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES REFERENTES À OUTORGA**

A empresa Concessionária pagará, a título de outorga onerosa à Municipalidade a quantia de :

Lote 01: R\$ \_\_\_\_\_

Lote 02: R\$ \_\_\_\_\_

Divididas em 108 (cento e oito) parcelas mensais e iguais, vencendo a primeira parcela 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES CORRESPONDENTES AO CUSTO DE REGULAÇÃO DO SISTEMA**

A empresa contratada pagará a título de custo de regulação do sistema o valor de 1% (um por cento) do valor de seu faturamento, na forma do item 1.14 do Edital.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO MODO, DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.**

Os serviços serão prestados com fiel e integral observância à legislação vigente, bem como aos termos do Edital e da proposta comercial da Concessionária, às disposições do Regulamento que rege o Transporte Público Coletivo Municipal, às disposições das Ordens de Serviço assim como às ordens emanadas pelo Concedente, por decorrência de suas atribuições legais e contratuais.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUALIDADE DO SERVIÇO.**

A avaliação do desempenho da Concessionária será feita sistematicamente pelo Concedente, durante toda a vigência da Concessão, em conformidade com os padrões estabelecidos no **Anexo V do volume III** do Edital e nas diretrizes indicadas no regulamento e nas Ordens de Serviço emitidas pelo Concedente.

§ 1º - Todo pessoal, equipamento e material necessário à prestação do serviço de transporte coletivo a ser empregado pela Concessionária deverá atender às exigências da legislação pertinente, ao Edital e às determinações do Concedente constantes do Regulamento, e das Ordens de Serviço.

§ 2º

- A empresa concessionária deverá providenciar e manter local destinado a utilização de seus funcionários, dispondo, inclusive, de banheiros, vestiário e armários em local diferente de sua garagem, de modo a cumprir as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FROTA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

Os veículos destinados ao cumprimento deste Termo deverão estar devidamente cadastrados e previamente vistoriados junto a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

§ 1º - A Concessionária, nos momentos em que utilizar os veículos na operação dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano de Pessoas por Ônibus no Município de Nova Friburgo não poderá utilizá-los para outras atividades alheias ao objeto do contrato.

§ 2º - Para todos os efeitos legais, os veículos vinculados à operação dos serviços de que trata este Termo, estarão à disposição do Concedente, para o cumprimento do dever público de Prestação de Serviços de Transporte Coletivo por Ônibus no Município de Nova Friburgo.

§ 3º - Durante a vigência deste Termo e para a guarda e manutenção dos veículos, a Concessionária deverá dispor, no Município de Nova Friburgo, de local (garagem) murado ou cercado, com área de estacionamento, pátio de manobra, escritório operacional e administrativo, área para manutenção e abastecimento da frota dentro de padrões adequados ao bom cumprimento do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DA OPERAÇÃO**

A Concessionária, quando em operação, obriga-se a:

- a) colocar permanentemente à disposição do usuário, em contrapartida do pagamento da tarifa de utilização efetiva, fixada pelo Poder Concedente, os serviços ora concedidos, na forma, percurso, frequência e horários, instrumentos de informação e demais elementos dos serviços determinados pelo Concedente, em conformidade com o presente Termo e com as respectivas Ordens de Serviço;
- b) parar nos pontos de embarque e desembarque de pessoas, respeitadas Normas Especiais sobre o tema;
- c) facilitar o embarque, nas condições estipuladas em normas estabelecidas, dos passageiros beneficiados com a isenção ou redução de tarifa, conforme legislação vigente;
- d) operar o serviço com regularidade, atualidade, continuidade, pontualidade, segurança, assiduidade, eficiência, asseio e conforto do usuário, considerando serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, na forma do §1º do art. 6º da Lei 8.987/95.;
- e) veicular mensagens determinadas pelo Concedente, para fins publicitários, de caráter educativo, cultural ou informativo (BUSDOOR), em pelo menos 15% da Frota, durante 60 (sessenta) dias por ano, com datas escolhidas pela Administração Pública;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

- f) prestar ao Concedente as informações necessárias e os documentos em frequência determinada pelo mesmo, tais como cópia das alterações dos atos constitutivos, cópias das guias de recolhimento, cópia de relatório mensal de operação e documentos resultantes de outras formas de controle operacional e corporativo, solicitados pelo Concedente.

§ 1º A Concessionária deverá manter sempre atualizada sua documentação contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, e de cadastro de pessoal operacional, apresentando-a sempre que for solicitado pelo Concedente.

§ 2º A Concessionária deverá ainda apresentar cópia de publicação de seu balanço bem como manter atualizadas as certidões de quitação junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ao Cartório de Protesto de Títulos e Execuções Cíveis, a ainda de quitação do FGTS e de regularidade com o INSS.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PESSOAL DE OPERAÇÃO**

A Concessionária, seus empregados e prepostos são responsáveis diretos e exclusivos pelos serviços objeto deste Termo, respondendo civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução deles, venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Concedente ou a terceiros.

§ 1º - À Concessionária caberá o dever de empregar na operação, manutenção e atividades administrativas, pessoal habilitado e idôneo, deles exigindo perfeita disciplina, boa apresentação no exercício de suas funções, e urbanidade no tratamento com o público, e demais obrigações instituídas pelo CTB.

§ 2º Os motoristas, cobradores e pessoal de manutenção deverão, quando em serviço, estar devidamente uniformizados, identificados através de crachá a ser fornecido pela empresa e munidos de equipamentos de segurança exigidos por lei.

§ 3º - O Concedente se reserva o poder de, sempre que entender necessário, solicitar da Concessionária a apresentação de documentação de controle de empregados, bem como solicitar a imediata retirada ou substituição de empregado que dificulte a ação coordenadora e fiscalizadora do Concedente, além de prescrever requisitos mínimos adicionais de capacitação profissional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DOS SERVIÇOS**

O controle e fiscalização dos serviços, conforme especificado no Regulamento, será exercido pelo Concedente, devendo a Concessionária providenciar para que os agentes credenciados tenham livre acesso aos veículos, às instalações e às demais dependências ligadas à operação dos serviços.

§ 1º - O controle e a fiscalização consistirá em:

- a) vistoria dos veículos empregados no serviço;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

- b) determinação de retirada de operação dos veículos considerados fora das condições de uso, tecnicamente ou por ameaça à segurança dos prepostos e dos usuários;
- c) fiscalização da habilitação, apresentação e urbanidade do pessoal de operação;
- d) fiscalização da observância de itinerários, horários ou frequências, de pontos terminais e de parada, podendo utilizar-se, inclusive, de imagens e registros de mídia quando necessário;
- e) conferência, controle, fiscalização, especificação, certificação e lacração dos equipamentos de controle da receita, do número de passageiros e da operação, assim como coleta dos dados produzidos pelos mesmos;
- f) conferência, controle e fiscalização da fêria diária em espécie, bilhetagem eletrônica, passes ou outros padrões de pagamento estabelecidos pelo Concedente;
- g) lavratura de autos de infração por descumprimento de cláusulas contratuais e disposições regulamentares.

§ 2º - O Concedente adotará formulários padronizados para controle da arrecadação, da produção e do número de passageiros, cujo preenchimento e entrega em prazo determinado pelo Concedente constitui obrigação da Concessionária, respondendo a mesma pelas informações prestadas.

§ 3º - O Concedente adotará certificados de vistoria dos veículos, cujo porte permanente constituirá obrigação da Concessionária.

§ 4º - A verificação, por parte da fiscalização do Concedente, da regularidade dos serviços, instalações, equipamentos, do pessoal e dos atos administrativos da Concessionária não exime a mesma da responsabilidade pelos danos por ela causados ao Concedente, aos usuários e a terceiros.

§ 5º - Ao final de cada ano fiscal, a Concessionária deverá apresentar ao Concedente demonstrativos financeiros e de resultados, verificado por auditores independentes e publicados em jornal de grande circulação no Município.

§ 6º - A Concessionária anui, desde a assinatura do presente contrato e durante a sua vigência, a instalação de sistema ou dispositivo de controle de passageiro, mecânico ou eletrônico (inclusive biométrico), de medição, aferição e arrecadação nos veículos vinculados, bem como em suas garagens, oficinas, escritórios e demais instalações.

§ 7º - Os equipamentos a que se refere o parágrafo anterior deverão ser instalados por pessoal técnico credenciado pelo Concedente, cuja entrada, permanência e atividade, nas instalações e nos veículos vinculados da Concessionária a mesma não pode dificultar ou impedir.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Sempre que o Concedente, no exercício de seu poder conferido pela Lei, julgar imprescindível para a perfeita execução do objeto deste Termo e para o pleno atendimento das necessidades de transporte, acrescentar, suprimir ou substituir itens com relação aos serviços, tais como extensão de linhas, horários, sistemas de transbordo e de integração operacional e de tarifa e outras pertinentes, obrigando-se a Concessionária à realização de tais adaptações mediante aditamento a este Termo, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do mesmo e atendendo-se às limitações dispostas na legislação.

§ 1º - A Concessionária adaptará a oferta ao crescimento da demanda, em conformidade com as instruções emanadas pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, nas Ordens de Serviço e as especificações determinadas no Volume III do Anexo I do Edital.

§ 2º - O aumento da frequência dos serviços corresponderá ao acréscimo verificado no tempo máximo de espera adicional medido nos pontos de parada relevantes para a captação da demanda, conforme especificados para cada linha, no Volume III do Anexo I do Edital.

§ 3º - O tempo máximo de espera adicional é o tempo máximo necessário para efetivamente obter um lugar em veículo após a partida de um primeiro veículo no ponto em que o usuário tentou embarcar sem sucesso porque o veículo estava com a lotação completa.

§ 4º - Os pontos de parada e de integração para captação de demanda para cada linha, o tempo máximo de espera adicional, bem como a metodologia utilizada para sua mensuração, serão definidos pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ARRECADAÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Concessionária deverá cobrar dos usuários de seus serviços as tarifas de utilização efetiva fixadas e reajustadas pelo Poder Público, observando o disposto na legislação vigente.

§ 1º - Para assegurar a plena informação ao público usuário, os valores das tarifas deverão ser fixados em lugar visível no veículo, em conformidade com as disposições regulamentares pertinentes.

§ 2º - A Concessionária obriga-se a receber como forma de pagamento de passagem passes, vales-transportes, bilhetes ou quaisquer outros padrões adotados pelo Concedente, dentro dos prazos de validade estipulados, constituindo esses pagamentos na remuneração total e bastante dos serviços prestados, bem como implantar o mecanismo de comercialização de Vale-Transporte, Passes Escolares, Bilhetes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

Elétronicos e/ou outros títulos de transporte conforme especificação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

§ 3º - A Concessionária, apenas para os casos previstos na legislação vigente, obriga-se transportar passageiro sem a cobrança da respectiva tarifa.

§ 4º - A tarifa será fixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 5º - A fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores das tarifas serão reajustados conforme planilha (**Volume III – Anexo VIII**) e as parcelas que as empresas vencedoras das licitações pagarão à Prefeitura (incluindo valores referentes a outorga), serão reajustados pelo mesmo percentual a partir da data do reajuste da tarifa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ENCARGOS GERAIS DO PODER CONCEDENTE:**

Ao CONCEDENTE caberão os seguintes encargos:

- a) planejamento e a regulamentação do serviço, e normatização técnica;
- b) a determinação da tarifa;
- c) a fiscalização, conforme normas regulamentares;
- d) a aplicação de penalidades regulamentares e contratuais;
- e) a intervenção nos serviços e a extinção dos Termos de Concessão, nos casos previstos em Lei e no regulamento;
- f) a homologação de reajustes e a revisão das tarifas na forma da lei e das normas pertinentes;
- g) cumprir e fazer cumprir disposições regulamentares do serviços e cláusulas previstas no Termo de Concessão;
- h) zelar pela boa qualidade do serviço;
- i) apurar e solucionar queixas e cientificar usuários das medidas tomadas em prazo legal;
- j) declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviços;
- k) promover direta ou indiretamente, mediante delegação ao Concessionário, desapropriação e instituir servidão pública, desde que suportados os custos pela mesma;
- l) estimular aumento de qualidade, produtividade e preservação do meio-ambiente;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

- m) incentivar a competitividade;
- n) estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- o) determinar a instalação de instrumentos de controle eletrônico dos serviços e da receita e a biometria, a utilização dos dispositivos pelas Concessionárias e gerenciar os dados resultantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ENCARGOS GERAIS DA CONCESSIONÁRIA**

Constituem obrigações da Concessionária:

- a) operar os serviços de modo a garantir segurança, regularidade, eficiência e comodidade, na forma da lei, das normas regulamentares e das ordens de serviço;
- b) observar os procedimentos e as normas vigentes no Sistema de Transporte Público Coletivo de Nova Friburgo;
- c) cobrar do usuário e arrecadar a tarifa determinada, em espécie ou sob forma de vale-transporte, bilhetes eletrônicos e assemelhados, desde que legal ou regularmente instituídos;
- d) guardar, conservar, manter, reparar, remover veículos de sua frota, incluídos aí reserva de pelo menos 15%, observadas as normas técnicas expedidas pelo Poder Público;
- e) permitir livre acesso aos encarregados da fiscalização, em qualquer época, às instalações e equipamentos integrantes do serviço, bem como de seus registros contábeis;
- f) manter no Município, durante o prazo de vigência do contrato, instalações, com escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista, previdenciária e demais pertinentes;
- g) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, inclusive pontos de embarque/desembarque de passageiros, bem como contratar seguros contra terceiros e os demais previstos em legislação pertinente;
- h) prestar informação aos usuários sobre os serviços, observadas as normas estabelecidas;
- i) ressarcir os danos causados ao Município, causados em decorrência da execução dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

- j) arcar com as despesas decorrentes da prestação de serviços e eventuais multas aplicadas;
- k) substituir veículos que atingirem idade limite estabelecida e manter perfil etário especificado para a frota em serviço (Volume III – Anexo VI);
- l) realizar contratações, inclusive de mão-de-obra, conforme disposições do direito privado e trabalhista, não havendo qualquer relação entre terceiros contratado pela Concessionária a Concedente, devendo enviar relação bimestral de seus contratados à Concedente;
- m) manter seguro contra riscos de responsabilidade civil para passageiros e terceiros nos limites que forem fixados pelo Concedente.
- n) informar mensalmente, à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, dados e informações operacionais diários, por linha, referentes à: passageiros transportados por categoria de pagamento, viagens realizadas por segmento horário em acordo com a prescrição da Ordem de Serviço, veículos utilizados, quilometragem percorrida.

§ 1º - Fica impedida a transferência parcial ou total do contrato.

§ 2º - A Concessionária assegura ao Concedente que mesmo após a vigência do presente contrato, o mesmo estará inteiramente à margem de quaisquer ações judiciais ou reivindicações trabalhistas e previdenciárias, sendo a Concessionária, em qualquer circunstância, nesse particular, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

§ 3º - O Regulamento poderá, na vigência do presente contrato, sofrer alterações em seu conteúdo, com o que a Concessionária anui desde já e se submete às suas determinações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DIREITOS DOS USUÁRIOS**

Constituem direitos dos usuários:

- a) dispor de transporte em condições de regularidade, continuidade, segurança, higiene, conforto e cortesia;
- b) obter as informações necessárias para o bom uso do serviço;
- c) externar reclamações e sugestões;
- d) ser ressarcido e compensado de danos causados pela Concessionária;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

- e) se beneficiar de gratuidades e abatimentos especificados na legislação e regulamentação.
- f) Se beneficiar do sistema de integração plena, mesmo na hipótese de pagamento da tarifa em espécie, seja através de controle biométrico ou outro meio que venha assegurar o seu direito, dentro do período de 02 (duas) horas, contados do termo final do primeiro trecho rodado, em quaisquer linhas e LOTES.
- g) a continuidade dos serviços de transportes públicos por ônibus pela Contratada, até que novo contrato de concessão seja formalizado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DEVERES DOS USUÁRIOS**

Constituem deveres dos usuários:

- a) pagar a passagem pelo preço determinado pelo Concedente, conforme especificado para o serviço utilizado pelo usuário e nas normas referentes a descontos e gratuidades;
- b) comportar-se com urbanidade frente a prepostos e passageiros;
- c) preservar as instalações e os equipamentos de transporte, podendo ser responsabilizados por quaisquer danos provocados aos coletivos que integram a Concessão, mediante a devida identificação do infrator;
- d) abster da prática de atos vedados pela legislação vigente, pelo regulamento e por ordens emanadas pelo Concedente.
- e) implementar esforços para aquisição de bilhetes eletrônicos

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES**

Pela inobservância total ou parcial das obrigações previstas neste contrato e na legislação e regulamentação, o Concedente poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar à Concessionária as seguintes sanções:

- I - advertência
- II - multa
- III - retenção, apreensão e descadastramento do veículo
- IV - intervenção
- V - decretação de caducidade do presente contrato



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

§ 1º - A definição das infrações, com as respectivas penalidades, estão contempladas no Regulamento, parte integrante deste instrumento, assim como as demais cláusulas editalícias.

§ 2º - As penalidades previstas nos incisos I a III serão comunicadas pelos agentes de fiscalização, e as referentes aos incisos IV e V ocorrerão na forma estabelecida nas respectivas cláusulas deste contrato.

§ 3º - Cometidas duas ou mais infrações, independente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidades correspondentes a cada uma delas.

§ 4º A autuação não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

§ 5º - Além de em outros casos previstos pelo Regulamento, as penalidades de retenção, apreensão e descadastramento de veículos serão aplicadas sem prejuízo da multa cabível, quando:

- a) o veículo não apresentar as condições de segurança exigidas pelo Concedente;
- b) estiver o motorista dirigindo alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica, comprovada tal situação por meio idôneo;
- c) o veículo estiver operando após ter sido impedido de circular pela fiscalização;
- d) o veículo estiver operando em linha não autorizada ou operando sem estar regularmente cadastrado para realizar o serviço, conforme disposto neste contrato.

§ 6º - No caso das letras "a", "b" e "c" do parágrafo anterior, o afastamento do veículo dar-se-á a qualquer ponto do percurso, enquanto que, nos casos da letra "d", o recolhimento será efetivado nos terminais ou garagem, perdurando o afastamento enquanto não for corrigida a irregularidade.

§ 7º - A pena de advertência conterá determinações das providências necessárias para o saneamento da irregularidade que lhe deu origem.

§ 8º - A pena de advertência converter-se-á em multa diária, caso não sejam atendidas as providências determinadas no prazo estabelecido, e esta multa será calculada conforme o Regulamento, para a espécie da infração cometida.

§ 9º - A aplicação da penalidade de multa será feita mediante processo iniciado por auto de infração, lavrado pelo Concedente e conterá:

- a) nome da Concessionária;
- b) número de ordem ou placa do veículo quando possível;
- c) local, data e hora da infração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

- d) descrição da infração cometida e dispositivo legal ou regulamentar violado;
- e) valor referente à infração cometida;
- f) assinatura do agente que lavrou o auto.

§ 10º - O auto de infração será lavrado em duas vias de igual teor e forma, das quais uma será enviada à Concessionária no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

§ 11 - A Concessionária autuada poderá apresentar recurso por escrito no prazo 15 (quinze) dias.

§ 12 - Os recursos apresentados pelas Concessionárias serão julgados, em primeira instância, pelo Secretário Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana - SMOMU, e, em última instância, pelo Secretário Geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MULTAS**

As multas aplicadas à Concessionária são estabelecidas no Regulamento.

§ 1º - Na primeira reincidência específica dentro de um prazo de 6 (seis) meses, a multa corresponderá a duas vezes o valor da multa inicialmente imposta, e três vezes, nas reincidências subseqüentes.

§ 2º - Na hipótese de caducidade da Concessão por inadimplência de obrigação, constante deste contrato ou de qualquer norma legal, além das demais sanções previstas na legislação, ficará a Concessionária sujeita a multa administrativa equivalente ao Valor atualizado da OUTORGA do Lote, sem prejuízo das demais cominações aqui pactuadas e das perdas e danos que forem apurados, bem como da imediata assunção pelo Concedente dos serviços, para o que poderá se utilizar de todos os veículos, equipamentos, instalações e pessoal da Concessionária, assegurando a normalização dos serviços prestados à população, até que novo procedimento licitatório seja realizado.

§ 3º - As multas deverão ser recolhidas à Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, num prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data do recebimento pela Concessionária, do competente aviso, observado o princípio da ampla defesa.

§ 4º - Se dentro do prazo previsto no parágrafo anterior não for providenciado o recolhimento da multa ou apresentado recurso na forma dos parágrafos 11 e 12 da cláusula anterior, o Concedente, a seu exclusivo critério, procederá ao desconto do seu valor na caução de garantia.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

§ 5º - As multas não têm caráter compensatório e, assim, o pagamento das mesmas não eximirá a Concessionária da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes da infração cometida.

§ 6º - As multas e demais sanções concomitantes em virtude do descumprimento dos prazos impostos pelo Edital para a disponibilização das instalações e equipamento e no início dos serviços pelo Concessionário são as previstas no item 31.8 do mesmo Edital.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA INTERVENÇÃO NA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS**

No caso de risco à continuidade dos serviços e de deficiência grave especificada na presente cláusula, após aviso prévio de concessão de prazo para que a Concessionária corrija as faltas apontadas, e não ocorrendo o saneamento das mesmas, o Concedente poderá, independentemente de qualquer medida judicial:

- I - intervir na operação dos serviços, assumindo total ou parcialmente, passando a controlar os meios materiais e humanos de que a Concessionária se utiliza, assim entendidos o pessoal, os veículos, as garagens, as oficinas e todos os demais empregados na operação dos serviços, pelo prazo necessário à normalização da operação dos serviços ou à subsequente declaração de caducidade do presente contrato;
- II - declarar a caducidade do contrato, assumindo imediatamente as linhas operadas com veículos da Concessionária, indenizando-a, se for o caso, ou colocando outros veículos na operação em lugar daqueles da Concessionária, que não terá, nesta hipótese, direito à qualquer indenização.

§ 1º - Para efeito do disposto nesta cláusula, considera-se deficiência grave na prestação dos serviços:

- I - redução superior a 20% das viagens em qualquer das linhas vinculadas ao lote de atuação do presente contrato;
- II - reiterada inobservância de itinerário ou frequências mínimas determinadas, salvo por motivo de força maior;
- III - não atendimento de intimação expedida pela PMNF no sentido de retirar de circulação, veículo julgado sem condições adequadas para o serviço;
- IV - descumprimento, por parte da Concessionária, da legislação trabalhista, de modo a comprometer a continuidade dos serviços;
- V - ocorrência de irregularidade contábil, fiscal e administrativa, apuradas mediante Auditoria, que possam intervir na consecução dos serviços ou mesmo comprometer o controle e a fiscalização dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

VI - a Concessionária não alcançar os limites exigidos no Edital e no Termo de Adesão e no Termo de Avaliação de Desempenho, ANEXO V do Edital, referentes à nota de avaliação de desempenho ou índices de eficiência na prestação do serviço.

§ 2º - O ato de intervenção deverá especificar:

- a) os motivos da intervenção e sua necessidade;
- b) as instruções e regras que orientarão a ação interventiva;
- c) o nome do representante do Concedente que coordenará a intervenção, doravante designado de Interventor.

§ 3º - Declarada a intervenção, o Concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar a responsabilidade, assegurado o direito de ampla defesa a Concessionária.

§ 4º - A intervenção na operação dos serviços acarretará a Concessionária as seguintes consequências:

- I - suspensão automática do presente contrato quanto aos seus demais efeitos;
- II - inexigibilidade do recebimento da remuneração referente ao período de intervenção.

§ 5º - O Concedente não será responsável pelos pagamentos que vencerem após o termo inicial da intervenção e que não puderem ter efetivamente comprovada a sua origem, destinação, utilização, ocupação, localização e necessidade para a operação dos serviços, nem pelos vencidos anteriormente à intervenção, devendo a Concessionária assumir a solução de tais débitos, sem que isto venha afetar diretamente a prestação dos serviços.

§ 6º - Caso o Concedente se veja obrigado, para manter a operação dos serviços, a arcar com algum gasto que exceda os valores utilizados para sua manutenção e que a Concessionária se veja impedida de saldar, aquele será reembolsada por esta, sendo-lhe facultado executar a dívida, que desde já é tida como líquida e certa.

§ 7º - Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias úteis do termo final da intervenção, e não sendo extinto o contrato, o Concedente prestará contas à Concessionária de todos os atos praticados durante o período interventivo, apurando-se eventuais créditos e débitos oriundos deste, e respondendo o interventor pelos atos praticados durante a sua gestão.

§ 8º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido a Concessionária, sem prejuízo de seu direito a indenização.

§ 9º - O procedimento administrativo de intervenção deverá ser concluído no prazo definido na legislação pertinente, sob pena de anulação da intervenção.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CADUCIDADE DO CONTRATO**

O Concedente poderá declarar unilateralmente a caducidade do presente contrato, independentemente de intervenção judicial, sem que assista a Concessionária qualquer direito de reclamação ou indenização, nos seguintes casos:

- I - inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato, por parte da Concessionária;
- II - negligência, imprudência ou desídia por parte da Concessionária na realização dos serviços, bem como deficiência grave na operação de serviços concedidos, nos termos da cláusula anterior;
- III - ameaça de interrupção ou efetiva interrupção dos serviços por exclusiva responsabilidade da Concessionária, sem comprovada justificativa apresentada ao Concedente, por escrito e por ele aceita;
- IV - perder os requisitos de idoneidade e capacidade financeira, técnica ou fiscal;
- V - liquidação judicial ou extra-judicial, concurso de credores ou falência da Concessionária;
- VI - transformação, cisão, fusão ou incorporação da Concessionária, sem prévia e expressa anuência do Concedente;
- VII - transferência deste contrato a terceiro no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Concedente.

§ 1º - A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicadas à Concessionária as falhas graves que motivariam a decretação, dando-se-lhe prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas.

§ 3º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência ensejante da medida, a caducidade será declarada pelo Poder Concedente.

§ 4º - Declarada a caducidade, não resultará para o Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

§ 5º - A decretação de caducidade do contrato ensejada pelos motivos anteriormente listados acarretará a Concessionária a declaração de sua inidoneidade por 02 (dois) anos para contratar com a Administração Pública Municipal.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS OUTROS MOTIVOS PARA A EXTINÇÃO DO CONTRATO**

Além da decretação de caducidade, o presente contrato extinguir-se-á pelos seguintes motivos:

- a) advento do termo contratual;
- b) encampação;
- c) rescisão unilateral por parte da Concessionária, nos casos e na forma previstos no art. 39 da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- d) anulação;
- e) superveniência de lei ou decisão judicial que caracterize a inexecutabilidade da delegação.
- f) falência ou extinção da Concessionária, e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual, de acordo com a legislação regulamentadora da matéria.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA GARANTIA**

Em observância da fiel execução de suas obrigações, a Concessionária apresenta quitação de pagamento de garantia de obrigação no valor equivalente a R\$ -----(-----), conforme documento arquivado na \_\_\_\_\_.

§ 1º - O Concedente poderá, durante a vigência do Termo de Concessão, exigir complementação de garantia de forma que esta seja sempre equivalente ao valor real original.

§ 2º - A garantia será devolvida em até 10 (dez) dias após o termo final do contrato, descontadas as dívidas de multas ainda não quitadas.

§ 3º - A extinção do contrato por motivo de declaração de caducidade em conformidade com o previsto na Cláusula Décima Nona do presente Termo contratual implicará na execução da garantia para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo Concedente, sem embargo de outras cobranças complementares, até que seja ressarcido totalmente o dano.

§ 4º - Para a assinatura do Contrato de Concessão, o concorrente vencedor deverá apresentar quitação de pagamento de garantia de obrigação equivalente a 1% (um por cento) do valor econômico do lote.

§ 5º - A garantia de que trata este capítulo poderá ser representada por uma das modalidades previstas no art. 56, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.



## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS BENS REVERSÍVEIS**

No final da concessão, todos os veículos adquiridos através do cálculo do aumento da tarifa para renovação e/ou acréscimo da frota deverão ser revertidos ao patrimônio do Poder Concedente.

22.1 A Concessionária obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens necessários à prestação dos Serviços que integram a CONCESSÃO, durante a vigência do Contrato.

22.2 Todos os Bens da CONCESSÃO ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente amortizados e depreciados pela Concessionária no prazo da CONCESSÃO, nos termos do artigo 2.º, inciso II da Lei 8.987/95, não cabendo qualquer pleito de indenização quando do advento do termo contratual.

22.3 A CONCESSIONÁRIA deverá zelar pela proteção e segurança dos bens reversíveis, encarregando-se da sua permanente vigilância, de forma a protegê-los de invasões e depredações.

22.4 Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de quaisquer medidas judiciais eventualmente cabíveis para assegurar ou recuperar a posse dos bens reversíveis.

22.5 A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos bens reversíveis, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, acessibilidade, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização.

22.5.1 No caso de dano, quebra ou extravio dos bens reversíveis, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o conserto, substituição ou a reposição do bem no menor prazo possível.

22.6 É vedada a oferta de bens reversíveis em garantia, salvo quando imprescindível para o financiamento de sua aquisição.

22.6.1 A oferta de bens reversíveis em garantia deverá ser precedida da anuência do PODER CONCEDENTE.

22.7 Na extinção da Concessão, os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

22.8 Em qualquer caso de extinção da Concessão, a Concessionária deverá apresentar o inventário completo de todos os bens vinculados à Concessão, observadas as normas contábeis vigentes, e entregá-los ao PODER CONCEDENTE no prazo solicitado, realizando-se a reversão dos bens conforme determinado neste Contrato, sem nenhum valor residual, tributo, encargo, obrigação, gravame e sem quaisquer ônus ao PODER CONCEDENTE, ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

22.9 Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições estabelecidas nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, devendo a mesma ser calculada nos termos da legislação aplicável.

22.10 Quando da extinção a CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá realizar uma vistoria dos bens a serem revertidos, da qual participará um representante da CONCESSIONÁRIA, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens, lavrando-se, para tanto, um Termo Provisório de Devolução.

22.11 Em até 60 (sessenta) dias anteriores ao marco previsto para o término do CONTRATO, deverá ser elaborado e assinado o Termo Provisório de Devolução.

22.12 Nas hipóteses de término antecipado do CONTRATO, o Termo Provisório de Devolução deverá ser elaborado em até 10 (dez) dias úteis da retomada da CONCESSÃO.

22.13 As intervenções e substituições realizadas com o objetivo de garantir o dever de manutenção dos bens reversíveis pela CONCESSIONÁRIA não gerarão direito à indenização ou compensação em seu favor.

22.14 O Termo Provisório de Devolução, no caso de verificação do descumprimento do dever de manutenção dos bens reversíveis, determinará a abertura do devido processo para eventual aplicação de penalidade contra a CONCESSIONÁRIA.

22.15 Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar todos os bens não reversíveis, no prazo fixado no Provisório de Devolução.

22.16 Retirados os bens não reversíveis e verificado o integral cumprimento das determinações do Termo Provisório de Devolução, o PODER CONCEDENTE elaborará o Termo Definitivo de Devolução, com o objetivo de liberar a CONCESSIONÁRIA de todas as obrigações inerentes aos bens reversíveis.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO**

A indenização devida pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no caso de ocorrência de extinção com base do advento do termo contratual, englobará os investimentos realizados com base nas PROPOSTAS apresentadas pela LICITANTE VENCEDORA que ainda não tenham sido financeiramente amortizados até a data de retomada dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE, corrigidos nos mesmos termos do REAJUSTE, desde a data do investimento até a data do pagamento da indenização.

23.1 A indenização a que se refere esta Cláusula será paga previamente à assunção dos SERVIÇOS pelo CONCEDENTE.

23.1.1 Enquanto não houver o pagamento da indenização a que se refere o item 23.1, a CONCESSIONÁRIA continuará a prestar diretamente os SERVIÇOS, auferindo, inclusive, todas as TARIFAS e RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
SECRETARIA GERAL

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO DO CONTRATO**

A eficácia do presente Termo de Adesão fica condicionada à publicação, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no Diário Oficial \_\_\_\_\_, após o que deverá ser providenciado seu registro na Procuradoria do Município.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO**

As partes signatárias deste Termo elegem, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca do Município de Nova Friburgo, para julgar qualquer ação ou medida judicial, originada de ou referente ao presente contrato.

Finalmente, pela Concessionária, na pessoa de seu representante legal, na presença das testemunhas indicadas, foi dito que aceitava este Termo de Adesão e declara que se obriga a cumprir bem e fielmente o nele contido, o qual, confeccionado por mim,

\_\_\_\_\_, lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas presenciais.